



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 006/2023

Número de referência: CGE-PRC-2022/00393 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de São Carlos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita acesso as imagens das câmeras de segurança localizadas na entrada da unidade escolar especificada. Razão para a recusa do acesso pretendido indicada. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 006/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que as imagens das câmeras das unidades escolares são protegidas pela Constituição Federal, pela Lei de Acesso à Informação e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em recurso esclareceu que: *"o videomonitoramento realizado nas unidades escolares, trata-se de uma medida preventiva, sendo que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) possui os direitos de imagem das referidas gravações. Dado o cunho sigiloso das imagens, há acordo estabelecido com a pasta da Segurança Pública para cessão exclusiva à Polícia Civil e Militar. Contudo, a escola pode requerer o acesso ao registro para tomada de decisão com intuito de mitigar eventos lesivos graves, atentados ou ameaças que possam afligir diretamente o corpo docente e estudantes"*. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente justificou a impossibilidade de atender ao pedido formulado pela requerente.
4. Cabe salientar que a Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado acompanha o entendimento firmado pela Controladoria Geral da União em não divulgar imagens de câmeras de segurança em atenção ao artigo 31 da Lei nº 12.527/2011, no qual prevalece *"que as imagens de câmeras de segurança não devem ser disponibilizadas devido ao risco de agressão aos direitos de personalidade / privacidade."* (Referência: PARECER nº 1.657 de 24/08/2018 - Número do processo: 99919.000095/2018-13 - Órgão: CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo)
5. Considerando que o órgão apresentou para a solicitante as razões de fato para a negativa do acesso pretendido, com base na legislação que trata da proteção das informações pessoais, conforme disposto no artigo 31 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e no artigo 17 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, II,

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

- da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 04 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público